

TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS DAS REDES MUNICIPAIS NO PIAUÍ¹
(Escola em Tempo Integral: melhor caminho para a Educação Integral e a Educação Integrada)

Prof. Antonio José Medeiros
(Consultor do Instituto PRESENTE)

De propósito acrescentei esse subtítulo para evitar duas brigas inúteis. 1ª briga: escola em tempo integral? - Sou mais a Educação Integral. 2ª briga: escola em tempo integral? - Sou mais a Educação Integrada.

Não vejo contradição ou disputa. Pelo contrário, penso que uma escola em tempo integral, pelo clima de convivência e pela diversidade de ações que pode desenvolver, favorece a **educação integral**, entendida como desenvolvimento de habilidades intelectuais, afetivas, artísticas, técnicas, físicas, etc.

E penso que a escola em tempo integral pode oferecer mais oportunidades para a participação das famílias e a realização de atividades que coloquem em interações concretas a escola, seus alunos e professores e a comunidade em que ela está inserida, ou seja, a **educação integrada**.

E mais: a escola em tempo integral pode ajudar no melhor desempenho dos alunos nas avaliações de sua aprendizagem, ou seja, na melhoria da **qualidade da educação**, em especial da qualidade da educação pública.

Evidentemente, como tudo na vida humana, a escola em tempo integral não produz efeitos mecanicamente. Mas que ajuda, ajuda. É só observar.

Mas, atenção: trata-se de **uma estratégia**, um instrumento. Sem um Projeto Político-Pedagógico realmente assumido (educação integral e integrada, autonomia do educando, consciência crítica, etc.), os efeitos serão bem menores. Para não falar que é necessário ampliar os investimentos na infraestrutura e nas condições de trabalho dos professores, especialistas e funcionários.

¹ Este estudo técnico faz parte do Projeto **APOIO À EXPANSÃO E IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES**, financiado por meio do Edital de Fortalecimento Institucional celebrado entre o Instituto PRESENTE e o Instituto UNIBANCO para o triênio 2021-2023.

Por outro lado, não desconheço que as escolas em tempo parcial podem também obter bons resultados. Mas, como regra geral, para as redes públicas, no Brasil e no Piauí, não têm conseguido bom resultado.

Aproveitando para lembrar

Não é o caso de resgatar a história das iniciativas de escolas em tempo integral, desde as **escolas-parques** de Anísio Teixeira nas décadas de 1940 na Bahia, retomadas pelo próprio Anísio em Brasília no início dos anos 1960, e que permanecem até hoje. Outra experiência foi a dos **CIEPs** por iniciativa de Darcy Ribeiro e Brizola, na década de 1990, que sobrevive, apesar de abandonada como prioridade.

O Programa **Mais Educação** do MEC, criado em 2007, começou como ampliação da jornada escolar para alunos mais vulneráveis (na SECADI do MEC) e evoluiu para uma estratégia de transição para a escola em tempo integral (na SEB do MEC). Permanece até hoje, simplesmente se reproduzindo, pois sofreu com a ideologização e as descontinuidades no MEC, nos quatro anos do governo federal anterior.

Dois fatos precisam ser lembrados: ao longo de todo o século XX, houve internatos religiosos ou não, que acompanhavam as “atividades extraclases” dos estudantes. E ainda hoje, filhos das classes alta e média têm reforço escolar, em geral na execução do “para-casa”. (Aliás, já estudamos, no Grupo de Trabalho do Instituto PRESENTE, dois textos que fazem esse resgate.).

Do Marco Legal à Política Educacional

A **LDB** de 1996 só se refere a tempo integral para o ensino fundamental, nos artigos 34 e 87,§ 5º. E por uma lei de 2013, no artigo 31, inciso III, foi acrescentada essa possibilidade para a educação infantil.

Em 2015, o Plano Nacional de Educação (**PNE**) amplia o tempo integral para a Educação Básica na Meta 6: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da **educação básica**”. No MEC, onde trabalhava na época, propus que a meta



INSTITUTO
PRESENTE

Compartilhando Saberes



fosse 50% da matrícula, sem referência ao percentual de escolas. Há escolas com 10 alunos e escolas com 3000 alunos.

Em 2017, foi a polêmica Lei do Novo Ensino Médio (**Lei Federal nº 13.415**) que introduziu a implementação progressiva da carga horária de tempo integral para o ensino médio e profissional.

Agora, tempo integral é **política pública para todas as etapas da educação básica**.

As resistências estão diminuindo. As escolas privadas têm progressivamente ampliado sua carga horária. As Prefeituras ainda temem que as despesas sejam maiores que sua capacidade orçamentária. Obviamente, é necessária uma complementação do percapita do FUNDEB para os municípios, como já existe para o ensino médio. Os Estados, ainda muito lentamente, estão ampliando suas escolas de tempo integral; apenas Pernambuco e Ceará já aceleraram o processo, com resultados positivos. A implantação do novo ensino médio, em praticamente todos os estados, tem sido “confusa”, mas não pode descartar a ampliação da jornada escolar para tempo integral.

Na campanha eleitoral de 2022, o tema foi debatido tanto nas campanhas para Governador como na campanha para Presidente da República. O Piauí não fugiu à regra. É provável, então, que o **processo de expansão do tempo integral se acelere**.

Temos que garantir que nas campanhas para Prefeito em 2024, o tema entre na agenda e seja debatido e difundido.

Os números de 2022 no Brasil e no Piauí

<i>Queixo-me às rosas Mas que bobagem As rosas não falam Simplesmente as rosas exalam o perfume que roubam de ti (CARTOLA)</i>	<i>Brigo com os números, mas que bobagem, os números não falam, simplesmente os números respondem as perguntas que partem de ti (AJM)</i>
--	---

O primeiro ano do novo governo Lula é de reorganização e redefinição da administração federal. A polêmica sobre o novo ensino médio talvez adie apenas para o segundo semestre de 2023 as definições sobre o programa federal de incentivo à implantação e expansão da escola de tempo integral na educação básica, em especial no ensino fundamental. Mas, **com certeza**,



INSTITUTO
PRESENTE

Compartilhando Saberes



em 2024, seremos desafiados para começar as ações concretas. **DAÍ A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO COM OS MUNICÍPIOS.** Em entrevista recente, o Ministro Camilo Santana disse que talvez se comece pelos anos finais do ensino fundamental. Vai ter um bom debate.

O governo Dilma fez um grande programa de construção de **creches**, com estrutura para tempo integral, inclusive berçário, mas cerca de 50% dessas creches não foram concluídas; agora deverão ser retomadas. Vejam que a matrícula urbana em tempo integral em creches, é de 60% no Brasil e de 27% no Piauí, concentradas nas redes municipais. Mesmo a matrícula rural em tempo integral em creches é de 27% no Piauí e 25% no Brasil. Reflete a priorização dada no governo Dilma.

A matrícula urbana em tempo integral nas creches que ainda permanecem estaduais é de 79%. É fruto de uma pressão por creche dos movimentos de mães, das igrejas, dos sindicatos e das associações de moradores de grandes cidades. Deve, portanto, **continuar nas creches** a expansão do tempo integral.

A matrícula em tempo integral na **pré-escola**, praticamente toda nas redes municipais, é muito baixa no Brasil; só a rural chega 11%; a urbana é insignificante. No Piauí, é maior que no Brasil: a rural é 25% e a urbana é 20%. Sem uma “vontade” política, é provável que a pré-escola **fique “relegada”** nacionalmente na expansão do tempo integral. O Piauí precisa continuar avançando.

A matrícula em tempo integral no **ensino fundamental – anos iniciais**, nas redes estaduais, ainda é baixa, tanto no Brasil (7,30% urbana e 4,21% rural) como no Piauí (18,44% urbana e 0% rural). Nas redes municipais, é bem maior: 35,23% urbana e 40,58% rural. A matrícula na rede estadual do Piauí deverá se reduzir mais ainda, passando toda para os municípios.

A matrícula em tempo integral no **ensino fundamental – anos finais** nas redes estaduais, ainda é baixa também: no Brasil (15,35% urbana e 7,09% rural) e no Piauí (12,98% urbana). A matrícula em tempo integral rural de 58% no Piauí tem a ver com a pequena matrícula em termos absolutos; o estado ainda não fez uma opção clara por sua extinção. Nas redes municipais, é também baixa no Brasil: 14,28% urbana e 17,55% rural. No Piauí, é significativamente alta: 42,54% municipal urbana e 42,91% municipal rural. Pode-se constatar que os municípios do Piauí têm priorizado ampliar a jornada nos anos finais do ensino fundamental.

Crescerá a expansão do tempo integral no ensino fundamental? Sim. Os especialistas em educação ligados ao PSDB foram os autores da recomendação da Constituição para ampliar o tempo integral apenas no ensino fundamental. Lembremos que no governo FHC foi criado o FUNDEF, apenas. **Haverá pressão** desses setores para priorizar os anos iniciais urbanos na nova expansão do tempo integral.

Para o **ensino médio**, só vale considerar as redes estaduais: no Brasil, 18,26% urbana e 2,95% rural; é baixa. No Piauí, 21,36% urbana e 20,01% rural. Situação melhor. Com certeza **será acelerada** a expansão do tempo integral no ensino médio, em especial urbano, em todos os estados brasileiros, pois essa parte da nova lei do ensino médio não deverá ser revogada.

Duas perguntas orientaram a análise: em qual das etapas da educação básica há maior expansão da matrícula em tempo integral? Como está o Piauí em relação ao Brasil? Nas diferentes etapas, **o Piauí está numa situação melhor** que a do Brasil como um todo, sem comparar com a situação específica de cada estado.

Podemos inclusive aproveitar a situação diferenciada em cada etapa da educação básica para perguntar sobre a possibilidade do cumprimento da Meta 6 do PNE: **atingir 25% da matrícula total**. Em resumo:

- a) Na creche, o percentual de matrícula está bem; deve atingir a meta do PNE.
- b) Na pré-escola está baixo; exceção é a matrícula municipal rural do Piauí; não deve atingir a meta no Brasil.
- c) O ensino fundamental, anos iniciais e finais, no Brasil, a matrícula está baixa; talvez não atinja a meta no Brasil. No Piauí, entretanto, deve ser atingida.
- d) No ensino médio, tanto no Brasil como no Piauí, vai depender da expansão em 2023 e 2024 para se atingir a meta do PNE, pois ainda está em torno de 20%.

Vale uma ligeira comparação com que o texto que debatemos no Grupo de Trabalho do Instituto PRESENTE: *“Ampliação da Jornada Escolar em Municípios Brasileiros: Políticas e Práticas”* de Janaína Specht da Silva Menezes e Lúcia Helena Alvarez Leite, na revista *Em Aberto*, Brasília, v. 25, n. 88, p. 53-68, jul./dez. 2012, para ver se houve avanço.

A pesquisa é de 2010. O foco do artigo é “jornada ampliada”, com variação de 4h30 a mais de 8h diárias de permanência na escola. Dos 800 municípios (15% do total dos 5.565 municípios do Brasil) que responderam a pesquisa, 335 informaram que tinham jornada ampliada de 7h ou mais e nos 5 dias da semana. Ou seja, 41,8% dos municípios já praticavam tempo integral, um percentual considerável, embora não se tenha a informação de quanto a

matrícula em tempo integral representava da matrícula total. A única informação sobre matrícula, no artigo em comento, é de que 29,3% dos alunos matriculados nos 800 municípios que responderam a pesquisa; mas inclui a matrícula em jornada ampliada de menos de 7h diárias.

A impressão que fica é que avançamos **devagar** nos últimos 10 anos, desde o segundo mandato de Dilma Roussef. Com a adoção de uma política pública explícita **a partir de 2023-2024, vamos torcer e contribuir para ampliar a matrícula de tempo integral num ritmo mais acelerado.**

Os números das redes municipais do Piauí

Serão analisados mais detidamente apenas os dados relativos ao ensino fundamental nas **redes municipais** do Piauí, considerando a matrícula em tempo integral urbana e rural.

Vale ressaltar que alguns municípios não têm matrícula de ensino fundamental na zona rural. São municípios de área e população pequenas e optaram para usar transporte escolar para levar todos os alunos para a cidade.

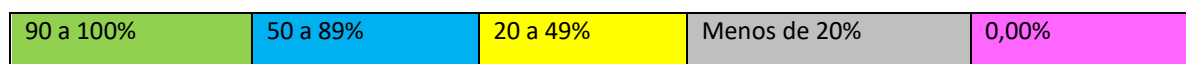
No **Anexo I** deste texto, temos a informação da matrícula por município. Aqui foram agrupados os municípios por categorias, tendo como critério o percentual de matrícula em tempo integral. Os dados são do Censo Escolar 2022.

Chama a atenção, de início, o número significativo dos municípios com matrícula quase total em tempo integral e os municípios sem nenhuma matrícula em tempo integral. Dos 224 municípios, são 26,3% os que têm **matrícula completa** em tempo integral; se somarmos os que têm tempo integral urbano, seja nos anos iniciais, seja nos anos finais, esse percentual sobe 17,4%, ou seja, totaliza **43,7%**. Por outro lado, dos 224 municípios são 31,2% os que **não oferecem nenhuma matrícula** em tempo integral; e cresce mais 2,6% com os municípios que não oferecem tempo integral na zona urbana, apesar de oferecer alguma matrícula na zona rural, ou seja, totalizam **33,8%**.



Nível de Expansão da Matrícula em Tempo Integral

	Percentual da matrícula em tempo integral	Nº de municípios	% de municípios
1	90 a 100% de matrícula em tempo integral nos <u>anos iniciais e finais</u> , urbana e rural.	59	26,3
1a	90 a 100% de matrícula <u>apenas urbana</u> em tempo integral nos anos iniciais e/ou finais	39	17,4
2	50 a 89% de matrícula <u>apenas urbana</u> em tempo integral nos anos iniciais e/ou finais	15	6,6
3	20 a 49% de matrícula <u>apenas urbana</u> em tempo integral nos anos iniciais e/ou finais	23	10,2
4	Menos de 20% de matrícula <u>apenas urbana</u> em tempo integral nos anos iniciais e/ou finais	12	6,3
5	Zero matrícula em tempo integral nos <u>anos iniciais e finais</u> urbana e rural	70	31,2
5a	Zero matrícula <u>apenas urbana</u> em tempo integral nos anos iniciais ou finais	6	2,6
		224	100,6



Legenda

Os que estão em **posição intermediária**, representam relativamente pouco. Considerando apenas a matrícula urbana, os municípios que têm **mais de 50% de matrícula** em tempo integral representam apenas **6,6%**.

E se consideramos os municípios com **menos de 50%** de matrícula, eles totalizam **10,3%**. Dos municípios com **menos de 20%** de matrícula de tempo integral, a metade oferece dos 6,3% se aproxima mais dos que não oferecem.

Em síntese, podemos afirmar que a **situação é razoável no Piauí**: cerca de 50% dos municípios já oferecem tempo integral em suas escolas.

Esses dados quantitativos **precisam ser qualificados**. Não estamos considerando a matrícula por unidade escolar, mas a matrícula total das redes municipais. E o principal: o Censo Escolar considera matrícula em tempo integral a de **pelo menos 7 h diárias** de presença na escola ou de atividades sob a coordenação desta.



O mais provável é que a **maioria das escolas desenvolva atividades do Programa Mais Educação e não tenha um Projeto Político-Pedagógico orgânico como tempo integral**. No desdobramento do Projeto do Instituto PRESENTE, teremos essa informação.

Alguma correlação com o IDEB?

A análise dos dados dos IDEB e do ENEM da rede de escolas estaduais do Piauí de ensino médio, numa série histórica de vários anos, tem permitido concluir: nem toda escola de tempo integral tem as melhores notas no IDEB e no ENEM; mas **das escolas que têm melhores notas, 80% são de tempo integral**.

A mesma hipótese vale para as redes municipais?

No momento ainda não levantamos os dados por escola das redes municipais para testar a hipótese. Mas, a correlação entre o percentual de matrícula de cada rede municipal e a nota do IDEB para o conjunto das escolas do município, no 5º ano e no 9º ano, permite tirar algumas conclusões.

Antes, porém, vale registrar o **grau de participação** dos municípios nas provas do IDEB em 2021: apenas 17 municípios (7,58%) não fizeram nem a prova aplicada no 5º ano nem a prova aplicada no 9º ano. Não fizeram a prova do 5º ano mais 25 municípios (11,16%) e não fizeram a prova do 9º ano mais 28 municípios (12,5%). É sempre bom incentivar os municípios a participarem.

Vale a pena também considerar o **desempenho** dos municípios **em relação o IDEB**. O Quadro abaixo, com os dados de 2021 (última prova aplicada; a próxima será no final de 2023), oferece essa informação:

Desempenho no IDEB em 2021

Nota no IDEB	No 5º ano		No 9º ano	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
Nota 6 ou +	18	9,6	3	1,6
Nota 5	82	43,6	49	26,9
Nota 4	81	43,9	107	58,8
Nota 3	7	3,7	23	12,6
	188	100,8	182	99,9

Obs: O total não soma 224 municípios para cada ano, pois nem todos participaram das provas do IDEB.

A nota das redes municipais para o **5º ano** do ensino fundamental vem **melhorando**. Passa de 50% o número de municípios que têm nota acima de 5,0. E é de apenas 3,7% o número de municípios que têm nota 3,0.

Com relação ao **9º ano**, o desempenho ainda é insatisfatório: apenas 28,5% dos municípios têm nota acima de 5,0. A maioria (71,4%) está abaixo de 5,0, embora a maioria com nota acima de 4,0. E somente 12,6% ainda têm a nota 3,0.

A **Meta 7** do Plano Nacional de Educação estabeleceu as seguintes notas a atingir no Brasil, em 2024:

Anos iniciais do ensino fundamental – 5º ano	6,0
Anos finais do ensino fundamental – 9º ano	5,5

Como se pode observar, **a metade das redes municipais no Piauí ficou próxima de atingir a meta no 5º ano e 30% das redes ficou próxima de atingir no 9º ano**. O MEC definiu notas a atingir em cada biênio do período 2007 a 2021, para o Brasil, para cada estado, para cada município e para cada escola. Aqui está sendo considerada a comparação apenas a meta nacional. Provavelmente escolas e municípios atingiram as metas específicas estabelecidas pelo MEC. Ainda não foram divulgadas as metas de referência para 2023 e os biênios seguintes.

O foco nesse texto é tentar fazer a **correlação** entre a amplitude da matrícula em tempo integral e o desempenho no IDEB. Como há grande variação de nota entre o 5º ano e o 9º ano para o mesmo município, é melhor considerar separadamente o resultado para os anos iniciais (5º ano) e os anos finais (9º ano) do ensino fundamental.

No primeiro Quadro abaixo, temos os dados referentes às notas do **5º ano**. Como os municípios que estão numa situação intermediária quanto à oferta de tempo integral são relativamente poucos, podemos considerar apenas os extremos: oferta completa e oferta zero.

Há um **desempenho um pouco melhor para os municípios que ofertam 90 a 100%** de matrícula em tempo integral: 59,3% têm nota 6,0 ou 5,0.

Mas aqueles que **não ofertam nenhuma** matrícula em tempo integral têm desempenho aproximado: 48,3% têm nota 6,0 ou 5,0.

O **Anexo II** oferece as notas por desempenho correlacionando-as com a oferta de tempo integral para cada município. Aqui, agrupamos os municípios em categorias.



Correlação entre Tempo Integral e Nota do IDEB para o 5º ano

Percentual da matrícula em tempo integral	Nº de Municípios e suas notas no IDEB								
	6,0		5,0		4,0		3,0		Total
90 a 100% de matrícula completa	9	13,0	32	46,3	24	34,8	4	5,7	69
50 a 89% de matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais e/ou finais	1	5,5	9	50,0	8	44,4	0	0,0	18
20 a 49% de matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais e/ou finais	0	0,0	9	47,3	9	47,3	1	5,3	19
Menos de 20% de matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais e/ou finais	1	10,0	5	50,0	4	40,0	0	0,0	10
Zero matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais ou finais	6	9,0	26	39,3	32	48,4	2	3,0	66
									182

Obs.: do total estão excluídos os municípios que não fizeram a prova do IDEB

O município de Domingos Mourão com tempo integral em todas as escolas se destaca com a nota 8,3 para o IDEB no 5º ano. Pelo outro lado, os municípios que não oferecem tempo integral e têm 6,0 no IDEB são Cocal dos Alves e Oeiras, que desenvolvem atividades complementares ao currículo “normal”. Sobre São José do Divino, Piracuruca, Dom Expedito Lopes, Isaias Coelho e Santana do Piauí não temos informações específicas. No próximo Quadro abaixo, temos os dados referentes à nota do IDEB para o **9º ano**. De maneira semelhante ao 5º ano, os municípios que estão numa situação intermediária quanto à oferta de tempo integral são em número menor; podemos considerar, então, apenas os extremos: oferta completa e oferta zero.

Correlação entre Tempo Integral e Nota do IDEB para o 9º ano

Percentual da matrícula em tempo integral	Nº de Municípios e suas notas no IDEB								
	6,0		5,0		4,0		3,0		Total
90 a 100% de matrícula completa	2	2,7	18	24,3	46	62,1	8	10,8	74
50 a 89% de matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais e/ou finais	0	0,0	6	50,0	6	50,0	0	0,0	12
20 a 49% de matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais e/ou finais	0	0,0	3	20,0	10	66,6	2	13,3	15



Menos de 20% de matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais e/ou finais	1	7,1	6	42,8	6	42,8	1	7,1	14
Zero matrícula <u>urbana</u> nos anos iniciais ou finais	0	0,0	18	25,7	40	57,1	12	17,1	70
									185

Obs: do total estão excluídos os municípios que não fizeram a prova do IDEB

Da mesma maneira que nos anos iniciais, há um **desempenho um pouco melhor para os municípios que ofertam 90 a 100%** de matrícula em tempo integral: 27%% têm nota 6,0 ou 5,0.

Mas aqueles que **não ofertam nenhuma** matrícula em tempo integral têm desempenho aproximado: 25,7% têm nota 6,0 ou 5,0.

Já foi ressaltado que o desempenho na prova do IDEB para o 9º ano ficou abaixo do desempenho para o 5º ano.

O único município que obteve nota 6,1 para o 9º ano (e 8,3 para o 5º ano) foi Domingos Mourão; Cristino Castro que teve nota 6,0 para o 9º ano teve nota 5,0 para o 5º ano.

E dos municípios que não oferecem matrícula em tempo integral nenhum obteve nota 6,0. A maioria obteve nota 4,0 (47%) ou 3,0 (17%).

Mais uma vez, levanta-se a questão da necessidade de qualificar os dados quantitativos. Pelo registro de 7h diárias na escola que é feito no Censo Escolar não é possível saber se as escolas estão oferecendo apenas atividades complementares ou se já têm um Projeto Político-Pedagógico, voltado pra a educação integral e integrada. A pesquisa que está sendo desenvolvida pelo Instituto PRESENTE documentará esta situação.

Prof. Antonio José Castelo Branco Medeiros

Consultor Técnico responsável pela elaboração e Análise dos Dados

Instituto PRESENTE

Teresina (PI), abril de 2023.